



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 21 de julho de 2011

JORNAL DO COMMERIO Apesar dos problemas, PIM mantém resultados..... CAPA	1
JORNAL DO COMMERIO Números..... POLITICA	2
JORNAL DO COMMERIO Privatização de feiras e mercados é a nova polêmica da CMM..... POLITICA	3
JORNAL DO COMMERIO Leonel Feitoza diz que críticas são "especulações maldosas"..... POLITICA	4
JORNAL DO COMMERIO FRETE & PERFIL..... OPINIÃO	5
JORNAL DO COMMERIO ZFM..... ECONOMIA	6
JORNAL DO COMMERIO PIM está aquecido..... ECONOMIA	7
JORNAL DO COMMERIO Indústria..... ECONOMIA	8
JORNAL DO COMMERIO Manaus..... ECONOMIA	9
JORNAL DO COMMERIO Corte de até 15% de empregos no varejo..... ECONOMIA	10
JORNAL DO COMMERIO Inverter..... CADERNO ESPECIAL	11
JORNAL DO COMMERIO Tablet.....	12
JORNAL DO COMMERIO Pedro Côrtes.....	13
A CRITICA Sim & Não..... OPINIÃO	14
A CRITICA sobe e desce..... OPINIÃO	15
A CRITICA PRODUÇÃO DE TABLETS..... ECONOMIA	16
A CRITICA Rogério Pina..... BEM VIVER	17
A CRITICA Júlio Ventilari..... BEM VIVER	18
AMAZONAS EM TEMPO Omar Aziz..... CAPA	19
AMAZONAS EM TEMPO AM vai ao STF por tablets..... ECONOMIA	20

AMAZONAS EM TEMPO	
AM vai ao STF por tablets (continuação)	21
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Política de competitividade industrial à espera de Dilma	22
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Eletricitários podem parar por tempo indeterminado	23
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
CAPA	24
DIÁRIO DO AMAZONAS	
PIM e comércio em alerta com ameaça de greve	25
CAPA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Comércio e indústria em alerta para greve.....	26
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
São Paulo amplia benefícios aos tablets	27
AMAZONAS	

Apesar dos problemas, PIM mantém resultados

Apesar de todos os 'bombardeios' que colocam o modelo ZFM 'em xeque', como MPs (Medidas Provisórias) e Reforma Tributária, cujas discussões devem ser concluídas neste segundo semestre, o PIM continua batendo

recordes. Apesar dos problemas, o consultor de empresas Teruaki Yamagishi, diz que o polo ainda deve manter bons resultados perante o desempenho nacional.

Página A5

Números

Diante da possibilidade de mais uma privatização de serviço de competência do município - as feiras e mercados, vereadores se dividem. Carijó defende a proposta, enquanto a oposição critica modelo de privatização. O Executivo Municipal deu um prazo de 30 dias para que a CMM aprove o texto - fato que causou revolta em alguns parlamentares.

Foto: Plutarco Botelho



38

Feiras e 10 mercados municipais abrigam centenas de permissionários à mercê das decisões do Legislativo e Executivo.

121/2011

É o número do PL que está causando tanto alvoroço na CMM. A proposta visa privatizar as feiras e mercados da cidade.

11

Milhões de reais é quanto custa a reforma pela qual o mercado Adolpho Lisboa está passando, segundo dados da prefeitura.

Privatização de feiras e mercados é a nova polêmica da CMM

POR JOELMA MUNIZ

Amazonino quer privatizar mais um patrimônio público. Lúcia Antony lembra privatização do serviço de água que não deu certo

O PL (Projeto de Lei) nº 121/2011 do Executivo Municipal que autoriza a privatização dos mercados e feiras, e altera a Lei nº 1.388/2009 que modifica a área de operação urbana para a implantação de Centros de Comércio Popular na cidade, foi o tema central das discussões de ontem, 20, no plenário da CMM (Câmara Municipal de Manaus). O projeto foi enviado à Casa, e agora será avaliado pelos membros da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

A proposta, que está tramitando a 'toque de caixa', divide as opiniões dos parlamentares.

O principal fator de impasse é, segundo o presidente da CCJ, vereador Mário Frota (PDT),

o pouco debate com a sociedade, em especial com os permissionários das 38 feiras e 10 mercados municipais.

"Esse é realmente o perfil de Amazonino, que figura como campeão em privatizar os bens do povo. Assim o fez com o antigo BEA (Banco do Estado do Amazonas), a Cosama (Companhia de Saneamento do Amazonas), o Porto de Manaus, os estacionamentos da cidade e até com o lixo", destacando a falta de participação popular na decisão.

"A prefeitura quer aprovar um projeto de tamanha relevância sem ao menos dar à sociedade a oportunidade de se pronunciar. O prefeito tem o desplante de estipular trinta dias para que aproveamos a privatização dos nossos mercados e feiras, esse tempo é uma piada. E a população, que realmente será afetada com a decisão? É nosso dever dar voz ao povo", analisou. Quem se adiantou e solicitou audiência pública para tratar o assunto foi o vereador Elias Emanuel (PSB). Na última segunda-feira, 18, o parlamentar enviou à Mesa Diretora da CMM

requerimento solicitando a presença do diretor-presidente do Implurb (Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano), Manoel Ribeiro, e sua equipe técnica na tentativa de esclarecimentos do projeto.

"Parece-me ser, sem dúvidas, um negócio da China. Entregaremos nossos patrimônios de mão beijada para terceiros, que só lucrarão à medida que a população, em principal os permissionários desses locais, pagarem preços absurdos por seus locais de trabalho. Desde já, digo que apresentarei emendas a esse projeto", disse.

Com opinião contrária, o vereador Luiz Alberto Carijó (PTB) assegurou que a medida visa, dentre outras coisas, a resolução dos problemas de manutenção e organização dos mercados e feiras distribuídos pela cidade. Carijó foi enfático ao afirmar que o poder público não possui competência para a administração dos locais, e que a melhor maneira de não onerar de forma "desnecessária" aos cofres da prefeitura é, sem dúvidas, a privatização.

Leonel Feitoza diz que críticas são "especulações maldosas"

"O projeto é sim polêmico, mas necessário. O que acontece é que alguns colegas não possuem o conhecimento necessário para discutir o tema. Temos o exemplo da cidade de Belo Horizonte, que possui suas feiras e mercados administrados pela iniciativa privada", destacando que a medida tem sido tomada não só pelos poderes municipais, quanto pelo governo federal.

"O uso da privatização não é exclusividade da administração do prefeito Amazonino. Recentemente, o próprio governo federal privatizou aeroportos pelo país. Temos que investir em melhorias para o setor. Não é justo investirmos milhões em

reformas e no próximo ano gastarmos com reformas com vem

***Lúcia Antony afirma
que a iniciativa
privada já possui os
supermercados e que
Amazonino se assessorou
de pessoas que não
conseguem administrar
suas pastas***

acontecendo", justificou.

De acordo com Leonel Feitoza (PSDB), que é líder

de Amazonino na CMM, as deficiências nos serviços de feiras e mercados vêm ocorrendo há tempos, sendo responsabilidade também das antigas administrações. "A verdade é que ninguém teve coragem para resolver esse problema, e agora que o prefeito Amazonino Mendes resolve dar um basta nisso as pessoas fazem especulações maldosas", falou.

Já para sua colega Lúcia Antony (PcdoB), a privatização tende a encarecer os serviços e os produtos para os permissionários e por consequência para os consumidores. "Depois de todos os investimentos feitos para a sua revitalização, o poder público vem agora querer privatizar o



mercado Adolfo Lisboa. A iniciativa privada já tem os supermercados. Quem tem dinheiro que monte os seus supermercados e venda seus produtos. Não é preciso privatizar todas as feiras. Basta ter condições concretas e um administrador eficiente para gerir o interesse público. Não temos culpa se o prefeito Amazonino Mendes se assessorou de pessoas que não conseguem administrar suas pastas", ressaltou.

Vereadora comunista, Lúcia Antony lembrou antigas privatizações que não resolveram os problemas dos serviços públicos

FRENTE & PERFIL

ORGÂNICOS

Produtos da Amazônia certificados organicamente, como o cacau nativo, a juta e a malva, serão apresentados pela ADS na 7ª Bio Brasil Fair e na Natural Tech 2011, que acontece de 21 a 24 de julho, de 11h às 20h, no pavilhão do Parque Ibirapuera, São Paulo (SP).

ZFM

Apesar do 'bombardeio', PIM mantém investimentos em dia

Sob a ameaça de MPs e Reforma Tributária, PIM ainda sustenta aportes e vendas

POR LUANA GOMES

As recentes discussões que colocam o modelo ZFM (Zona Franca de Manaus) 'em xeque', como MPs (Medidas Provisórias) e Reforma Tributária, devem ser concluídas neste segundo semestre e, possivelmente, sinalizar menor ritmo de investimentos do Amazonas.

No entanto, o consultor de empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus), Teruaki Yamagishi, comenta que algumas empresas já devem efetuar a conclusão de novos projetos. De acordo com ele, apesar da elevação nos juros e das preocupações com o destino da Zona Franca, a tragédia no Japão é o fator que desmotiva grande parte das multinacionais, assim como a entrada de produtos importados.

Segundo informações do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), de janeiro a junho houve um incremento de 25,65% de produtos estrangeiros, em comparação a igual período do ano anterior, com US\$ 6.12 bilhões frente a US\$ 4.87 bilhões.

Mesmo assim, Yamagishi ressalta que o polo ainda deve manter bons resultados perante o desempenho nacional. "Temos superado os problemas", ponderou.

A própria superintendente da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Flávia Grosso,



Foto: Walter Mendes

Indústria incentivada de Manaus faturou 22,85% a mais com seus produtos no acumulado até maio, segundo a Suframa

chegou a afirmar que, apesar de todos os 'bombardeios', o modelo continua batendo recordes. Os indicadores da autarquia apontam que houve uma elevação de 22,85% no faturamento dos primeiros cinco meses do ano (US\$ 16.34 bilhões), quando comparado ao acumulado de 2010 (US\$ 13.30 bilhões). "É uma fênix que a cada desafio sai mais forte", avaliou.

O economista e vice-presidente do Corecon/AM (Conselho Regional de Economia do Estado do Amazonas), Aílson Nogueira, já havia afirmado que alguns setores do polo estariam aquecidos

neste segundo semestre, como no caso da indústria de construção naval.

Segundo o gerente de Análise, Habilitação e Acompanhamento de Projetos da Seplan (Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas), Edmar Lopes, a entidade de serviço geológico do Brasil fará a análise necessária para dar início a construção das obras do Distrito Naval. "Estaremos respaldados", analisou.

Desta forma, Lopes declara que há probabilidade da 'tão esperada' pedra fundamental ser lançada em agosto ou setembro, resultando

na entrada de capital por estrangeiros que sondaram a possibilidade de se estabelecer na cidade. "Existem até estaleiros do Rio de Janeiro que estão pleiteando áreas na região e outros empreendimentos do segmento procurando fechar parcerias com as indústrias daqui", encerrou.

Por dentro

Um projeto que não sai do papel

Em 2010, o projeto do Polo Naval atraiu investidores estrangeiros, como o grupo espanhol Acopafi, fabricante de sistemas para o interior de navios e instalações offshore. Uma comitiva italiana, de empresários da construção de barcos de passeios, turismo e pesca (náutico), também estudava a viabilidade de investimentos no setor. Recentemente, investidores holandeses se reuniram com o Governo do Estado, e anunciaram expectativa de fechar parcerias comerciais. No final de 2010, o presidente do Sindnaval, Matheus Araújo, afirmou que, se o polo já estivesse definido, com certeza vários investidores já estariam implantando seus negócios no Estado.

PIM está aquecido



Follow-Up EMPRESARIAL

Com a demanda aquecida no mercado interno, o PIM dá sinais de vitalidade incommum. Estatísticas recentes da Suframa mostram que o faturamento entre janeiro e maio já bateu o recorde do ano passado, chegando a R\$ 25,4 bilhões, 22,85% acima de igual período de 2010. Um terço do desempenho foi puxado pelos eletroeletrônicos, que faturaram R\$ 8,1 bilhões nos cinco primeiros meses do ano (14,2% acima de 2010). O destaque é a produção de televisores LCD – 3,4 milhões unidades, 400 mil acima do que foi fabricado entre janeiro e maio do ano passado. Outros segmentos estão crescendo ainda mais. A produção de computadores disparou 86,9% – foram 440 mil unidades entre janeiro e maio deste ano – sendo que os bens de informática registraram, até aqui, um faturamento R\$ 2,7 bilhões. Na mesma linha, a fabricação de celulares cresceu 46%. “Várias empresas têm projeto aprovado no CAS (Conselho de Administração da Suframa) para ampliar suas linhas de produção e algumas já estão trabalhando

com três turnos de produção”, diz a superintendente da Suframa, Flávia Grosso, que destaca a inclusão das classes C e D no mercado de bens duráveis. Além disso, algumas empresas do PIM já se preparam para a produção de tablets. Dois projetos já foram aprovados. Em um deles, a Digibras projeta investir R\$ 12 milhões. No outro, serão R\$ 8 milhões da Greenworld. Um terceiro projeto é o da Samsung, que já obteve aprovação do Conselho de Desenvolvimento do Amazonas. O projeto da Samsung deve também ser aprovado na próxima reunião do CAS, no final de julho. “Nossa expectativa é de que as empresas confirmem a produção no PIM, principalmente as que já estão instaladas aqui e que contam com cadeia de fornecedores locais de componentes”, diz com entusiasmo a Superintendente da Suframa.

Banda larga

O presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, apresentou ao ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, a proposta de inclusão das pequenas e médias

empresas (PMEs) no Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). O dirigente da entidade quer que as empresas tenham acesso à internet em banda larga com velocidade

A produção de computadores no polo disparou 86,9% – foram 440 mil unidades entre janeiro e maio deste ano

mínima de 15 megabites por segundo (Mbps), com garantia de fornecimento de pelo menos 20% da velocidade contratada, em 147 municípios, que concentram 51% da produção industrial brasileira. “Nós mostramos claramente que, para o Brasil ser um país vencedor, temos que mirar as melhores práticas do mundo dos países com tecnologia de ponta. Na nossa banda larga, o download tem velocidade de tartaruga. Nós precisamos, efetivamente, ir adiante”, disse Vieira.

Para o presidente da Firjan, no século 21 a internet é um insumo básico para o desenvolvimento. “O assunto é tão importante para nós quanto a energia elétrica no século 19”, comparou. Mesmo sem ter tido resposta definitiva, Vieira acredita que o encontro foi positivo. “Melhor receptividade impossível. Ele [o ministro] entendeu que viemos advogar para sermos competitivos em termos de qualidade. É uma agenda absolutamente importante, não podemos brincar de querer competir.”

No documento entregue ao ministro, a Firjan alega que, com acesso à banda larga, “as empresas redefinem suas relações com fornecedores, clientes e distribuidores; viabilizam o compartilhamento de recursos entre matrizes e filiais; economizam gastos em viagens e deslocamentos; monitoram em tempo real plantas industriais, transporte e armazenamento; qualificam, educam e transferem conhecimento, criando assim, um ambiente adequado para a competição em nível

internacional”.

Tablets

A produção de tablets no estado de São Paulo poderá ter acesso ao crédito de 7% do ICMS sobre o valor de saída do produto. O benefício foi assegurado pelo decreto nº 57.144, assinado pelo governador Geraldo Alckmin, que harmoniza a classificação do produto no estado com a legislação federal. O decreto, publicado no Diário Oficial do Estado de 19.07.11, que desonera a produção de computadores de mão, diz que as novas máquinas de processamento de dados, sem teclado, operadas por tela sensível ao toque com área superior a 140 centímetros quadrados, passam a se enquadrar na classificação fiscal 8471.41.90, igual à federal. Fica, portanto, estendidos aos fabricantes de tablets os benefícios fiscais estaduais concedidos aos bens de informática. É mais uma investida do estado mais rico do país para reduzir as vantagens competitivas do PIM.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim. cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

Indústria

Texto da política de competitividade só aguarda revisão

O texto da PDC (Política de Desenvolvimento da Competitividade) está pronto, falta apenas uma última revisão da presidenta Dilma Rousseff para bater o martelo sobre as medidas. A informação é do secretário executivo do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Alessandro Teixeira.

“A presidente quer ver o custo-benefício da política ao máximo. Quanto custa, quanto vai dar de resultado. Posso afirmar que essa política tem a melhor maximização que a gente viu até hoje, por causa da gestão forte”, assinalou.

Segundo o secretário, os valores ainda estão em aberto porque a equipe trabalha com possibilidades diferentes. “São cenários que se desenham como um quebra-cabeça, se a peça não encaixar vai ficar buraco, e tem que fechar peças de vários ministérios. Dependendo do cenário escolhido o valor é diferente”.

Valor e inovação

Os pilares da política serão o aumento da agregação de valor local e inovação tecnológica. O secretário disse que o conjunto de medidas que será lançado no dia 2 de agosto por Dilma prioriza a “inovação, exportação e o investimento”.

Para sustentar os pilares centrais, a estrutura do PDC prevê aumento do nível de investimento, desdobramento do conceito de inovação, que vai desde o

marco legal até o financiamento de inovação e também exportações.

Com maior valor agregado nas cadeias produtivas, haverá melhorias tanto nas áreas tributária e fiscal, quanto em defesa comercial e na capacitação de recursos humanos, além de uma série de medidas de financia-

Para sustentar os pilares centrais, PDC prevê aumento de investimento, desdobramento do conceito de inovação e também exportações

mento, explicou Teixeira, que não adiantou número total de medidas.

Teixeira disse que a PDC não deve contemplar desoneração na folha de pagamento das empresas imediatamente. “Eu não esperaria ter desoneração da folha nesse primeiro momento. A política não é só desoneração, pelo contrário, política industrial moderna usa menos desoneração e mais política focada”, concluiu.

Economia

Editor Responsável:
Marco Dassori

mdassori@jcam.com.br
telefone: (92) 2101.5526
fax: (92) 2101.5525

Manaus

Deflação não chegou, diz consumidor

Queda de preços no país não foi verificada na capital, segundo fontes ouvidas pelo Jornal do Commercio

POR MARIA DERZI

A pesar das notícias sobre a desaceleração dos preços, a população de Manaus ainda não viu nas prateleiras de supermercados a deflação anunciada pelos estudos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os estudos realizados pelo órgão no intervalo entre junho e julho deste ano apontam desaceleração nos valores cobrados pelos alimentos através do IPCA-15 (Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15), a prévia da inflação oficial. O indicador registrou retração de 0,23% para 0,10% no período. O grupo Alimentos registrou deflação de 0,39%. Mas, na prática, a população manauense aponta que, se houve queda, esta foi imperceptível.

A auxiliar administrativa Leonéia Souveiro Costa apontou que o preço praticado nos supermercados de Manaus não caiu. "Alguns produtos ficaram na mesma, como o óleo, o arroz o feijão. Outros subiram, como a carne, que comprei num preço e ontem já estava quase R\$ 5 a mais. Acho que essa história de queda só vale lá para os lados de São Paulo", opinou.

O comerciante Irineu



Diferente do que ocorre em Manaus, preços da alimentação ajudaram a reduzir o IPCA-15 no resto do país

Felippe da Silva diz que todas as semanas vê os preços aumentarem, mas, nas últimas duas, observou que houve uma estagnação. "Acho que por conta do preço da gasolina, que não estava aumentando, houve uma trégua no valor dos alimentos. Não sei se influência. Mas, como agora está aumentando o preço da gasolina, estou esperando um aumento também nos alimentos", disse ele, que é dono de um restaurante.

Adonadeasa Francisca Silveira também diz que não vê diminuição nos preços. "Compro pouco, mas o que compro já dá

para ver que não teve baixa nos preços. Compro muita carne e ela encarece o meu rancho. Então, não posso dizer que teve queda nos preços", avaliou.

Impacto dos combustíveis

Para o economista e vice-presidente do Corecon/AM (Conselho Regional de Economia do Estado do Amazonas), Edson Nogueira Fernandes Júnior, a alta dos preços nos alimentos varia de acordo com a região e é balizada por diversos fatores estudados pelo Dieese. "Houve um aumento da inflação, por conta das com-

modities e de fatores externos, há alguns meses. Mas, o que venho observando de uns meses para cá, é que a inflação está diminuindo. Em alguns setores, como a alimentação, a pesquisa do Dieese [Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos] apontou um acréscimo de quase 2%. Mas, nos últimos meses, observamos uma tendência de queda. Quanto a ideia de que a alta nos combustíveis pode influenciar na elevação do preço dos alimentos, acho que o que influenciaria seria uma alta no diesel, utilizado no transporte", finalizou.

Dados

A menor taxa em 12 meses

A inflação do IPCA-15 desacelerou mais que o esperado em julho e atingiu a menor taxa desde agosto de 2010, em razão da queda dos alimentos e de menores altas de vestuário e habitação. O indicador subiu 0,10% em julho, ante alta de 0,23% vista em junho.

Os custos do grupo alimentação caíram 0,39%, com impacto negativo de 0,09% no IPCA-15, após subirem 0,11% em junho. "Ocorreu queda generalizada nos preços, verificando-se aumento em poucos itens. Entre os que ficaram mais baratos, destacam-se cenoura, tomate, frutas, hortaliças, batata-inglesa, frango, carnes e arroz", disse o IBGE em nota.

Os preços de habitação reduziram alta, de 0,72 para 0,28%, em razão da queda nos condomínios e de menor elevação do aluguel residencial e tarifas de água e esgoto.

Por outro lado, os preços de transportes caíram em ritmo menor, em 0,02% agora, contra 0,73% antes.

Corte de até 15% de empregos no varejo

POR JULIANA GERALDO

Essa é a estimativa do número de demissões no setor no primeiro semestre, segundo cálculo da FCDL/AM

Apesar os dados do Caged (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego) divulgados na última terça, 19, apontarem um saldo melhor da situação dos empregos do comércio (+367 postos em junho deste ano contra +268 postos criados no mesmo período do ano passado), entidades do setor seguem apreensivas.

Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio do Amazonas, José Ribamar do Nascimento, junho e julho não são meses favoráveis para o setor, sobretudo neste ano. "Por causa dessa má fase que começou após o Dia das Mães, impedindo que as vendas decolassem, os lojistas estão dispensando funcionários. Sem vendas não há como contratar ou manter os empregos", explicou.

Para o presidente da FCDL/AM (Federação das Câmaras de Dirigen-

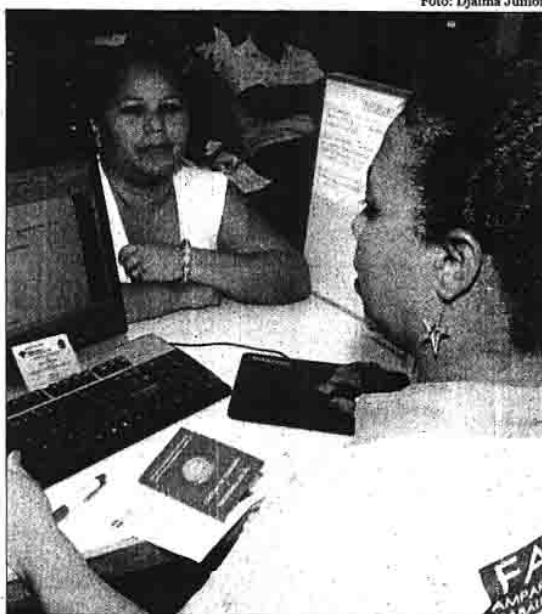


Foto: Djalma Junior

Apesar da melhora no saldo de empregos em junho, comerciários temem ciclo de demissões nos próximos meses, período fraco para o setor

tes Lojistas do Amazonas), Ralph Assayag, historicamente, o período entre o Dia das Mães e o Dia dos Pais é fraco por não possuir tanto apelo comercial quanto outras

épocas do ano. De acordo com o dirigente, até final de junho, a queda no número de empregados do comércio, variou entre 10% e 15%. "Para reduzir esse índice, promovemos

ações com os empresários, com o intuito de mostrar para ele que demitir custa caro", frisou.

Ralph Assayag disse que a intenção é mostrar aos comerciantes que medidas de contenção de despesas, podem ser tomadas para não desligar o funcionário.

Sobre as demissões, o titular da SRTE/AM (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Amazonas), Dermilson Chagas, defendeu que o melhor é aguardar agosto. "Como o relatório do Caged sempre se refere ao mês anterior, precisamos esperar o resultado de agosto, para verificar o desempenho em julho e só então fazer uma análise melhor desses dois meses", esclareceu.

No entanto, tendo como base os resultados, o superintendente acredita que quem trabalha no segmento não deve ficar alarmado. "Sobretudo porque a partir de agora começa a boa fase do setor que se estende até o Natal", tranquilizou.

Ele argumentou ain-

da que os resultados da indústria da transformação, que só em junho gerou 3.822 postos de trabalho, denotam o bom funcionamento da economia no Amazonas. "Como um puxa o outro, se o comércio estivesse ruim, a indústria não produziria tanto", constatou.

Sem qualificação

Um outro assunto que preocupa o setor é a qualificação profissional. "Os funcionários são despreparados. A maneira de tratar o cliente ainda é rudimentar", destacou o presidente da ACA (Associação Comercial do Amazonas), Gaitano Antonaccio.

O dirigente explicou que parte de um bom atendimento depende do empenho do próprio funcionário, mas a outra parte depende de treinamentos e cursos que não estão presentes em número suficiente em Manaus. "Manaus ainda não está preparada quando o assunto é atendimento ao público", finalizou.

Números

Junho/2010 - (+268) ou (+0,37%)

Junho/2011 - (+367) ou (0,47%)

1º semestre/2010 - (+51) ou (0,07%)

1º semestre/2011 - (+923) ou (+1,17%)

Dados do Caged

OPINIÃO

É preciso lembrar que ao demitir, o administrador do negócio não tem os custos apenas da rescisão. O treinamento, os cursos, o tempo investido no funcionário, tudo isso também se perde. É preciso ponderar.

Dermilson Chagas

Superintendente da SRTE/AM

Inverter

LG começa produção de condicionador de ar no país

A LG Electronics é a primeira empresa a anunciar oficialmente o início da produção de condicionadores de ar com tecnologia Inverter no Brasil. A iniciativa é motivada pelo crescimento das vendas no país e reconhecimento da matriz pelos resultados obtidos nesses últimos anos com a operação no mercado brasileiro.

Na categoria Residencial, a LG teve um crescimento de 20% em suas vendas enquanto que o mercado cresceu 10% no primeiro semestre de 2011. Com isso o país tornou-se o principal mercado da LG Electronics global, em termos de investimentos e desenvolvimento de produtos inovadores.

“Enxergamos uma demanda crescente por produtos diferenciados quando falamos de condicionadores de ar residenciais. A produção local da linha Inverter é a resposta da LG para atender a esse mercado, com produtos inovadores, desenvolvidos com a melhor tecnologia”, declara o gerente de produto da área de Ar Condicionado LG Mauro Apor.

Os produtos LG com a tecnologia Inverter, permitem economia de energia de até 66% em relação aos equipamentos splits convencionais, isso porque utiliza um sistema com compressor de velocidade variável com o qual a capacidade de refrigeração e aquecimento é ajustada automaticamente de acordo com a necessidade do ambiente, evitando desperdícios ao sistema convencional.

Tablet

Samsung lança novo Galaxy Tab

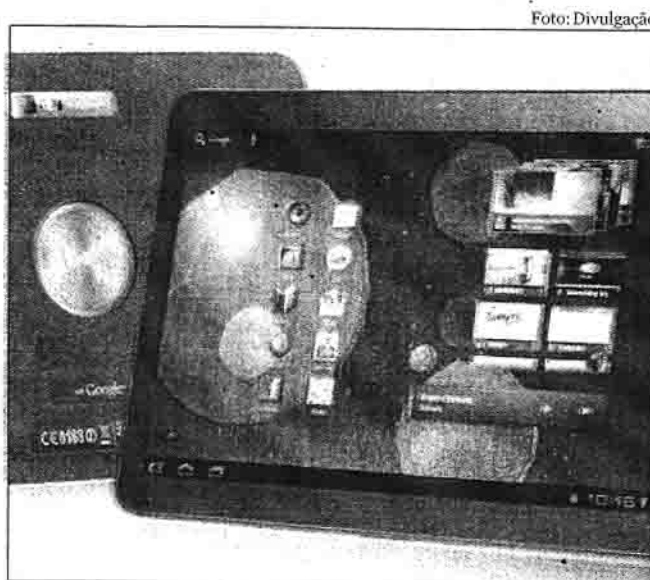
Com preços a partir de US\$ 500 nos EUA, modelo enfrenta concorrência de outros aparelhos

A Samsung lançou ontem uma versão mais leve e fina do computador tablet Galaxy Tab, em um esforço para tentar conquistar parte do imenso mercado dominado pelo Apple iPad.

O Galaxy Tab com tela 10,1 polegadas é uma versão melhorada do modelo com tela de 7 polegadas lançado em outubro. O aparelho funciona com a mais recente versão do Google Android e conta com um processador de núcleo duplo Tegra 2, da Nvidia. A tela do tablet é maior e mais nítida que a do iPad 2, e o peso do modelo é menor.

Com preços a partir de US\$ 500 nos Estados Unidos, comparáveis aos do iPad 2, o novo modelo da Samsung enfrenta forte concorrência de mais de 100 outros aparelhos lançados em resposta ao iPad, a maioria dos quais acionados pelo sistema operacional Android.

No entanto, até o momento Apple e Samsung vêm



Novo aparelho funciona com a mais recente versão do Google Android e tem um processador de núcleo duplo Tegra 2

dominando o mercado de tablets, vistos inicialmente como brinquedo de acesso à Web, mas que capturaram a imaginação de empresas como hotéis de luxo, companhias aéreas e serviços de planejamento de casamentos.

Produtos concorrentes como o PlayBook, da

Research in Motion, e o Xoom, da Motorola, receberam críticas pouco entusiasmadas, enquanto o TouchPad, da Hewlett-Packard, está chegando tarde ao mercado, e o grupo de varejo online Amazon.com revelou apenas na semana passada seus planos

de ingresso nesse mercado superlotado.

Ontem, a Lenovo realizou o lançamento mundial de três tablets. A Dell optou por lançar seu novo tablet Android com tela de 10 polegadas na China, dentro de algumas semanas, preterindo um lançamento na Europa e EUA porque a China está emergindo como linha de frente na batalha pelo segmento.

As vendas de iPads no segundo trimestre bateram recorde e superaram de longe as expectativas do mercado, o que destaca o desafio que a companhia sul-coreana precisa enfrentar. Suas ações fecharam ontem com alta de 3,5%, o que levou o valor de mercado da maior companhia de tecnologia da Ásia para cerca de US\$ 130 bilhões.

A Apple vendeu 14 milhões de iPads no primeiro semestre, ante estimativas de analistas de um total de 7,5 milhões de Galaxy Tabs para todo o ano de 2011.

Pedro Côrtes

Pioneirismo

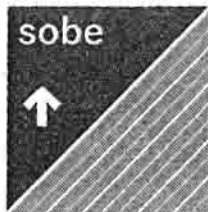
O executivo Joaquim Carlos Buemérad, da Riolimpo, festeja mais uma conquista inédita da empresa amazonense, que trata da solução em resíduos. Serão exportados de Manaus para a Turquia cerca de 500 toneladas de pneus inservíveis para fábricas de manta-asfáltica.

Sim & Não

São Paulo Cacau nativo, juta e a malva são as apostas da Agência de Desenvolvimento Sustentável do governo do Estado na 7ª Feira Internacional de Produtos Orgânicos e Agroecologia (Bio Brasil Fair) e de Alimentação Saudável, Produtos Naturais e Saúde (Natural Tech).

Ambiente Invasores de terras que foram expulsos de uma área de preservação permanente no município do Rio Preto da Eva tramam agora invadir terras no Distrito Agropecuário da Suframa. As vicinais ZF são o alvo.

sobe e desce



Massami Miki

VEREADOR (PSL)

>> Pediu ao Detran mais transparência na arrecadação de multas de trânsito em Manaus.



Carlos Luppi

MINISTRO DO TRABALHO

>> País gerou 215,3 mil empregos em junho, quase 30 mil só no Amazonas.



Zulmar Pimentel

SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

>> Assaltantes agem com ousadia e ignoram a vigilância da polícia amazonense.



Agnelo Queiroz

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

>> Decisão do Superior Tribunal de Justiça manteve os bens dele indisponíveis.

PRODUÇÃO DE TABLETS

AM vai ao Supremo contra SP

Governo do Estado considera inconstitucional o incentivo oferecido por São Paulo já que o mesmo não foi aprovado no Confaz

O Governo do Amazonas vai entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Governo de São Paulo em face do decreto 57.144/11, que desonera a comercialização de tablets fabricados naquele Estado. Ocorre que há menos de um mês, o STF decidiu que qualquer incentivo de ICMS só poderia ser concedido após aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne secretários de Fazenda de todas as unidades da Federação.

Na prática, o decreto paulista elimina a incidência do imposto, incentivando a produção de tablets em São Paulo. Com esse incentivo, o Estado do Sudeste adquire uma grande vantagem na atração de fabricantes des-

Esta não é a primeira vez que o Amazonas recorre ao STF contra a guerra fiscal. Em 2006, o Governo do Estado entrou com uma ação porque os celulares e monitores ao serem vendidos para São Paulo foram sobre taxados em 11%.

ses equipamentos, em detrimento de outros centros produtivos, principalmente, a Zona Franca de Manaus. O decreto, assinado pelo governador Geraldo Alckmin, foi publicado na edição desta terça-feira, no Diário Oficial de São Paulo.

Vale ressaltar que o Polo Industrial de Manaus já conta



Reprodução/CNN
Produto está entre os mais desejados

com projetos aprovados visando a fabricação de tablets: as empresas Samsung e Positivo Informática, por exemplo, tiveram seus projetos aprovados na última reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam), que avalia a concessão de incentivos fiscais de ICMS no Estado.

A concessão de incentivos fiscais por outros Estados sempre foi combatida pelos defensores da Zona Franca sob o argumento de que a Constituição Federal garante ao modelo a exclusividade nessa ferramenta de desenvolvimento.

Na ação que está sendo preparada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), com auxílio da Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz), o Governo do Amazonas vai sustentar que a medida é ilé-

gal, tanto na forma, por não ter sido submetida ao Confaz, quanto no conteúdo, porque não pode haver regime de tributação diferenciado para um mesmo produto.

Omar Aziz lembrou que o Amazonas já recorreu outras vezes em relação a incentivos de ICMS concedidos por São Paulo e também pelo Paraná. "São Paulo recuou, mas depois reeditou o decreto de forma um pouco diferenciada, burlando o que o Supremo tinha decidido", disse o governador.

Em conversa com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o governador Omar Aziz cobrou providências contra os Estados de Santa Catarina e Espírito Santo, que estão importando condicionador de ar split da China sem cobrar ICMS.

Rogério Pina

Orgânicos e agroecológicos

→ A Superintendência da Zona Franca de Manaus e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas estão apoiando a participação de 17 empresas, associações e cooperativas dos Estados do Amazonas e de Rondônia na 7ª Feira Internacional de Produtos Orgânicos e Agroecologia (Natural Tech) e 7ª Bio Brazil Fair (Feira Internacional de Alimentação Saudável, Produtos Naturais e Saúde), que serão realizadas a partir de hoje na Bienal do Ibirapuera, em São Paulo.

Júlio Ventilari

Lei da oferta

O Polo Industrial de Manaus está com espaço físico cada vez mais reduzido para a instalação de novas empresas. Por isso, a Torquato Tapajós e os primeiros trechos da AM-010 e BR-174 estão sendo bastante procurados para a implantação de indústrias. Um metro quadrado nessa área passou a custar R\$ 600, segundo as especulações imobiliárias.

Omar Aziz

Governo reage contra medida que afeta ZFM

Estado vai ao Supremo
defender a Zona Franca de
incentivo para produção
de tablets em São Pau-
lo. **Economia B5**

AM vai ao STF por tablets

RICHARD RODRIGUES

Equipe do EM TEMPO

richard@emtempo.com.br

A disputa pela produção de tablets entre Amazonas e São Paulo ganhou mais um capítulo. Disposto a atrair o maior número de fabricantes do eletroeletrônico, o governo paulista, por meio do Decreto 57.144, garantiu incentivo do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a industrialização do item e, em reação, o Estado vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para assegurar a competitividade do Polo Industrial de Manaus (PIM).

O benefício do Estado do Sudeste consiste na concessão de 7% de ICMS para a produção, além do crédito de 7% na saída do produto industrializado em território paulista. De

acordo com o governador do Amazonas, Omar Aziz, o decreto – publicado na última terça-feira do Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE) – vai contra as determinações do STF.

"Vou convocar o procurador e o secretário da Fazenda do Amazonas para que as medidas cabíveis sejam tomadas. Vamos entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra essa medida que afeta diretamente a Zona Franca de Manaus", garantiu o governador.

Aziz destacou que a guerra fiscal entre os Estados precisa ter um fim e garantiu que vai cobrar uma posição mais enérgica do governo federal.

"Há menos de um mês, o STF decidiu sobre essa mesma matéria (guerra fiscal) em relação a um episódio com o Estado do Paraná e agora o governo de São Paulo vem com esse decreto que burla a decisão", comentou o governante, referindo-se ao fato da redação paulista estar 'adequada' à classificação fiscal adotada pela União.

Ainda segundo o governo, a desoneração completa do imposto estadual em São Paulo prejudica à implantação de empresas produtoras de tablet no PIM, inclusive os cinco projetos industriais já aprovados nas últimas reuniões do Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam)

para produzir os itens no polo. Dentre os projetos que já receberam o 'sinal verde' estão os das empresas CBTD, Digibrás, Greenworld, Positivo e Samsung, que estimam

gerar 220 empregos diretos e somam investimentos na ordem de R\$ 405,3 milhões.

Providências

Logo após o anúncio de medidas a serem tomadas, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) já iniciaram a elaboração da ADI que será apresentada ao STF para assegurar a competitividade do parque fabril manauense no que diz respeito à produção de tablets. "Vamos estudar o decreto, mas já estamos estudando as medidas a serem tomadas para garantir os direitos do Amazonas", disse o procurador do Estado, Frânio Lima.

Sefaz-AM e PGE
vão estudar o
decreto paulista
para elaborar a
ação e apresentar
ao Supremo Federal

O procurador afirmou ainda que um estudo está em fase de elaboração para que a ADI seja concluída. "Vamos estudar o teor do decreto para que o quanto antes a ADI seja apresentada ao STF", mencionou Lima.

Splits

Além de brigar pela competitividade do PIM no que diz respeito à produção de tablets, o governador Omar Aziz vai cobrar do ministro da Fazenda, Guido Mantega, uma providência quanto à importação de splits pelos Estados de Santa Catarina e Espírito Santo que, segundo ele, há mais de um mês vem sendo protelada. "É descarado o contrabando oficial que existe no país com relação aos splits", observou.

AM vai ao STF por tablets (continuação)

Posicionamento da indústria

Ao lado do governo do Amazonas está o empresariado local, que também está ansioso pela garantia da produção do eletroeletrônico no PIM. O Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) destacou que uma reação enérgica deve ser tomada por parte do governo local contra o decreto paulista e se colocou à disposição para ajudar no que for necessário.

"Essa medida é um absurdo e diminui ainda mais a competitividade das nossas indústrias", pontuou o presidente do Cieam, Wilson Périco. Ele salientou que, além da disputa pela produção de tablets, o governo do Amazonas também deveria resgatar a ADI contra a Lei de Informática, que desde 1998 não foi julgada e até hoje compromete a competitividade da indústria amazonense.

Supremo 'derrubou' leis

No início de junho, para minimizar os impactos da guerra fiscal entre os Estados brasileiros, o STF considerou inconstitucionais 23 normas estaduais que concediam incentivos fiscais por meio da redução de ICMS. Pelo entendimento do Supremo, esses incentivos só podem ser concedidos por meio de convênios firmados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne secretários de Fazenda de todos os Estados e do Distrito Federal.

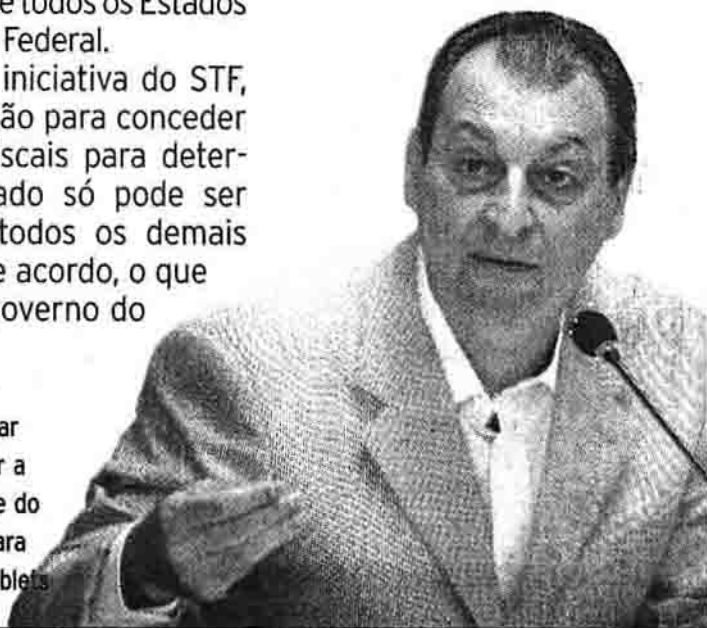
Diante da iniciativa do STF, uma legislação para conceder incentivos fiscais para determinado Estado só pode ser editada se todos os demais estiverem de acordo, o que segundo o governo do

Amazonas não ocorreu quando o governo de São Paulo publicou o decreto 57.144.

A proposta do governo federal é acabar com a guerra fiscal entre os Estados, que oferecem alíquotas diferenciadas do ICMS para a importação dos produtos. A ideia é baixar a alíquota, que hoje varia de 7% a 12%, para 2% em 2014.

Colaborou Yndira Assayag

Governador do Amazonas, Omar Aziz, vai buscar a competitividade do parque fabril para produção de tablets



RAPHAEL ALVES

Política de competitividade industrial à espera de Dilma

Falta apenas uma última revisão da presidente sobre as medidas. Lançamento está marcado para o dia 2 de agosto, com prioridade para inovação, exportação e investimento

O texto da Política de Desenvolvimento da Competitividade (PDC) está pronto, mas aguarda última revisão da presidente Dilma Rousseff sobre as medidas. Os pilares da política são o aumento da agregação de valor local e a inovação tecnológica. A informação é do secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alessandro Teixeira, que anunciou como data para o lançamento dia 2 de agosto.

"A presidente quer ver o custo-benefício da política ao máximo. Quanto custa, quanto vai dar de resultado. Posso afirmar que essa política tem a melhor maximização que a gente viu até hoje, por causa da gestão forte", afirmou, ao mencionar que Dilma prioriza a inovação, exportação e o investimento.

Segundo ele, os valores ainda estão em aberto porque a equipe trabalha com possibilidades diferentes. "São cenários que se desenham como um quebra-cabeça, pois se a peça não encaixar vai ficar buraco, e tem que fechar peças de vários ministérios. Dependendo do cenário escolhido o valor é diferente".

Para sustentar os pilares centrais, a estrutura do PDC prevê aumento do nível de investimento, desdobramento



A estrutura do PDC prevê aumento do nível de investimento, do marco legal ao financiamento de inovação e também exportações

do conceito de inovação que vai desde o marco legal até o financiamento de inovação e também exportações. "Esses são elementos centrais para a competitividade da indústria. De forma direta, para o Brasil ser competitivo precisa inovar cada vez mais, porque continua gerando novos produtos e atendendo ao mercado".

"Com maior valor agregado nas cadeias produtivas, haverá melhorias tanto nas áreas tributária e fiscal, quanto em defesa comercial e na capaci-

tação de recursos humanos, além de uma série de medidas de financiamento", explicou Teixeira, que não adiantou número total de medidas.

Otimização de setores

Para o secretário, a nova política deverá otimizar diferentes setores. "Estamos formulando uma política ampla, pois sabemos que se tiver agregação de valor se consegue exportar mais. Mas para isso precisa ter mais investimento. Por isso não é um

ponto, mas vários pontos".

Teixeira disse que a PDC não deve contemplar desoneração na folha de pagamento das empresas imediatamente. "Eu não esperaria ter desoneração da folha nesse primeiro momento". Mesmo com o caixa reforçado pelos recortes de arrecadação, a área econômica não vê espaço fiscal para renúncia expressiva. "A política industrial não é só desoneração, pelo contrário, política industrial moderna usa menos desoneração e mais política focada".

Eletricitários podem parar por tempo indeterminado

Concessionária tem até a meia-noite para apresentar posicionamento acerca da paralisação. Sobre interrupções de energia no PIM, sindicato saiu em defesa dos trabalhadores

ALYNE ARAÚJO

Equipe do EM TEMPO

alynearaujo@emtempo.com.br

Sem definição a respeito de acordo coletivo, mais de mil eletricitários contratados pela Eletrobras Amazonas Energia podem prosseguir com a manifestação por tempo indeterminado, caso não haja resposta positiva da empresa até a meia-noite de hoje. Os trabalhadores iniciaram o movimento ontem, após três meses de negociações frustradas.

Ao todo, são 495 funcionários em Manaus e mais 565 no interior do Estado. Os setores paralisados são os de manutenção, operação e administração, incluindo economia e contabilidade. Essa é a terceira vez em dois meses que a categoria interrompe as atividades. Eles solicitam reajuste salarial de 11,02%, acrescido do ganho real de aproximadamente 4%, além de reivindicações relacionadas a vale-transporte, vale-alimentação e plano de saúde.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas (Stiu-AM), José Alberto Borges, as negociações deveriam ter sido feitas em maio. Entretanto, a empresa não se reuniu com os funcionários, nem apresentou justificati-



Ao todo, são 495 funcionários em Manaus e mais 565 no interior, dos setores de manutenção, operação e administração

va sobre a falta de contato. "Até marcamos, mas com 24 horas nos enviam um e-mail cancelando tudo", afirmou.

Caso a Eletrobras não ofereça nenhuma proposta aos trabalhadores, o movimento, cuja previsão de término é hoje, pode se estender por tempo indeterminado. "A única coisa que nos dizem é que corremos o risco de perder Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e planos de saúde. Estamos fazendo a nossa parte procurando negociar sempre da melhor maneira possível, contudo não recebemos retorno", informou.

Interrupções no PIM

A possível ameaça de prejudicar as empresas atuantes no Polo Industrial de Manaus (PIM) não deve se concretizar, mesmo com a interrupção nas atividades dos eletricitários, segundo assegurou o presidente do sindicato. "Como manda a lei, estamos com 30% do nosso contingente trabalhando normalmente porque queremos manter o sistema funcionando em plenas condições", enfatizou.

O dirigente destacou ainda que, se as indústrias sofrerem quedas de energia ou

algum tipo de apagão, o fato deve ser atribuído à intensidade do calor na região e não à paralisação.

No que diz respeito às negociações com os funcionários, o o assistente da presidência da Eletrobras Amazonas Energia, Márcio Paixão, informou que ainda não há como apresentar propostas. "Estamos em contato constantemente com a Eletrobras Rio de Janeiro, já que o acordo é feito todos os anos, nacionalmente, e, a partir daí, poderemos dar um posicionamento mais claro aos nossos trabalhadores", salientou.

CAPA

SP aplica novo 'golpe' na ZFM e Estado diz que vai ao Supremo

AMAZONAS 61 O governo paulista publicou o Decreto 57.144, que fixa em 7% a alíquota do ICMS para os computadores tipo prancheta (tablets) fabricados em São Paulo. O governador Omar Aziz diz que medida foi tomada à revelia do Conselho Nacional de Política Fazendária e que vai questioná-la em ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

PIM e comércio em alerta com ameaça de greve

AMAZONAS 8 | A indústria e o comércio de Manaus estão preocupados com as ameaças de greve por tempo indeterminado dos mais de dois mil funcionários da Eletrobras Amazonas Energia.

Comércio e indústria em alerta para greve

Gisa Prazeres

Da Redação

Manaus, Amazonas

Representantes do comércio e da indústria local estão preocupados com as consequências de uma possível greve por tempo indeterminado envolvendo os mais de 2 mil servidores da empresa Eletrobras Amazonas Energia.

De acordo com os empresários, a empresa possui uma precária distribuição em Manaus que causa interrupções e picos de energia, comprometendo novos investimentos e a economia do Estado.

Conforme o presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, existe uma "deficiência" na distribuição de energia da cidade e a falta de profissionais por tempo indeterminado pode gerar "um problema muito sério para o setor e a economia local".

Périco disse, ainda, que picos e interrupções de energia ocorrem mais de uma vez por semana nas fábricas do Distrito Industrial (DI), gerando prejuízos na produção e danificando equipamentos. "A distribuição é ruim, imagina com a paralisação de funcionários por tempo indeterminado? O impacto será muito negativo. É preocupante. Normalmente, já há picos de energia que impactam na produção, no faturamento, mas não temos como mensurar, porque varia de acordo com o setor industrial. Já conversamos com a Amazonas Energia, mas as ações não surtiram efeito", disse o dirigente.

O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL/Manaus), Ralph Assayag, afirmou que a curto prazo a paralisação dos servidores da Amazonas Energia, como o caso da suspensão das atividades por 48 horas, não é preocupante para o comércio, mas a médio e longo prazo sim. "A distribuição de



Funcionários da Eletrobras Amazonas Energia pararam as atividades ontem e prometem continuar paralisação nesta quinta-feira /Foto: João Pedro Figueiredo

energia melhorou, mas ainda temos problemas toda semana com picos e interrupções de energia. No último sábado, houve interrupção de energia no Centro. Os picos de energia queimam muitos aparelhos. A possibilidade de uma paralisação por tempo indeterminado é preocu-

pante. Não se fatura, não se vende nada sem energia", destacou.

Mobilização

Os servidores da Eletrobras Amazonas Energia iniciaram, na manhã de ontem, uma paralisação que terá duração de 48 horas. Apenas 30% do quadro efetivo

da empresa continua as atividades. O movimento acontece em todo o Brasil.

No Amazonas, o Sindicato dos Urbanitários (STIU/AM) não descarta a possibilidade da categoria 'cruzar os braços' por tempo indeterminado já que, há três meses, os eletricitários travam um embate com a empresa Amazonas Energia pela Participação nos Lucros e Resultados, plano de saúde e pagamento de abonos, além de reajuste salarial de 9,37%.

A assessoria da Eletrobras Amazonas Energia garantiu que o movimento dos trabalhadores não irá refletir na interrupção de energia na cidade, uma vez que a empresa dispõe de 1,3 mil megawatts, 200 MW a mais que o necessário para o abastecimento de toda a cidade de Manaus, que, segundo a Companhia, é de 1,1 megawatts (MW).

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

São Paulo amplia benefícios aos tablets

Rosana Villar
Da Redação
Manaus, Amazonas

O Governo de São Paulo deu mais um passo na tentativa de concentrar a fabricação nacional de tablets com a publicação do decreto nº 57.144, que fixa em 7% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a saída dos aparelhos produzidos naquele Estado. Temendo a perda de competitividade, o governador Omar Aziz promete ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a medida paulista.

Segundo estimativas do governo estadual, se o decreto paulista for mantido, a implantação de cinco empresas produtoras de tablets, que já tiveram seus projetos aprovados no Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam), corre sérios riscos e o Estado poderá perder R\$ 405,3 milhões em investimentos.

Na análise do presidente da Associação dos Consultores do Amazonas e professor de economia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), José Laredo, além de diminuir a competitividade dos tablets fabricados no Polo Industrial de Manaus (PIM), que sofrerão alíquota de ICMS de 18%, a medida pode abrir um precedente perigoso para a indústria local de televisores de LCD, já que o Governo Federal sinalizou a intenção de compatibilizar o

produto com os bens de informática.

O decreto assinado pelo governador Geraldo Alckmin, reduz para 7% o ICMS de operações de saída dos produtos de informática fabricados em São Paulo, mas com os créditos do imposto que as empresas já possuem da Fazenda paulista, a alíquota do ICMS nessas operações cairia para 0%, segundo informou, em nota, a Agência de Comunicação do Governo do Amazonas (Agecom).

Para o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, baixar desta maneira a alíquota dos produtos de São Paulo diminuirá drasticamente a vantagem competitiva da Zona Franca de Manaus. "Como já temos a questão de logística, que encarece nossos produtos, perdemos muita competitividade", disse ele.

Ameaça

De acordo com o economista José Laredo, o maior problema da medida paulista é que seja aberto um precedente para que outros produtos sejam beneficiados com isenções do tipo.

Segundo o especialista, atualmente apenas 5% das fábricas de informática do País, de um universo de 598, estão em Manaus, pois a vantagem tributária comparativa do Estado é pequena neste segmento, em torno de 12% a 20%. Já no setor de eletroeletrônicos esta vantagem gira em torno de 60%, com isso 100% das fábricas de LCD estão instala-

MEDIDA

Decreto foi publicado na edição de 18 de julho do Diário Oficial



das em Manaus.

"Se compatibilizar televisor LCD com computador, este que é o produto mais representativo do PIM, aí sim será uma ameaça real", completa.

Produção

Atualmente, a produção de televisores de LCD é responsável pelo maior faturamento

do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus mostram que até maio deste ano foram produzidas 3,428 milhões de unidades, um faturamento de US\$ 2,3 bilhões.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Governo do AM diz que São Paulo agiu à revelia do Confaz e do Supremo

O governador Omar Aziz prometeu ontem entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a medida paulista que desonera a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a produção de tablet, à revelia do Conselho Nacional de Fazenda (Confaz). A medida contraria decisão do STF há cerca de um mês, que suspendeu concessão de ICMS de vários Estados sem a autorização do conselho formado por secretários de fazenda de todos os Estados da federação. "Se o Governo Federal não tomar providências imediatas dando competitividade aos nossos produtos, cada vez mais corremos perigo", afirmou Aziz, que na tarde de ontem viajou para São Paulo.

A Agência de Comunicação do Governo (Agecom) não confirmou se Omar terá um encontro com Alckmin para tratar da ameaça paulista.

Na ação que está sendo preparada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), com auxílio da Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz), o Governo do Amazonas vai sustentar que a medida é ilegal, tanto na forma, por não ter sido submetida ao Confaz, quanto no conteúdo, porque não pode haver regime de tributação diferenciado para um mesmo produto.